

Prefácio

Maquiavel republicano

Giuseppe Tosi*

Vinícius Barros é um professor universitário com ampla experiência de ensino e pesquisa e uma qualificada produção bibliográfica. É uma das pessoas mais eruditas, educadas e competentes que eu conheço. Este livro representa a síntese dos seus estudos dedicados a Maquiavel, e é um excelente exemplo de como se pode voltar a ler os clássicos de maneira original e proveitosa. O talento do autor é, ao mesmo tempo, historiográfico e teórico, consegue conjugar descrição e reflexão: é um trabalho no estilo da britânica *History of Ideas* de Pocock e Skinner, lição que o autor aprendeu e aplicou com esmero.

O livro está muito bem escrito, com elegância e fluência no estilo e se deixa ler com grande prazer e curiosidade. A erudição não é um entrave à leitura, porque é administrada com parcimônia, sem nenhum exibicionismo. Também é oportuna a colocação de parte do debate interpretativo nas notas de rodapé: isso permite ao leitor aprofundar os assuntos sem se desviar do fio central do discurso. A bibliografia é impressionante pela quantidade e qualidade e é efetivamente utilizada. A estrutura argumentativa dos capítulos é clara e coerente.

Outra qualidade da obra é o esmero na definição dos conceitos, que é essencial para a filosofia que deve cultivar, como dizia Hegel, a “paciência do conceito”. O autor desdobra os conceitos na sua etimologia e nos seus diferentes contextos históricos e de uso de forma clara.

O autor demonstra possuir um conhecimento exaustivo da obra do pensador florentino, ao qual dedicou vários livros e artigos, bem como um relevante conhecimento do contexto histórico-conceitual em que Maquiavel escreve e com o qual dialoga. Aparece assim um Maquiavel profundamente e visceralmente homem do seu tempo, que vive intensamente na sua vida e na sua obra as paixões da sua época; uma das épocas mais extraordinárias pelo (re)florescimento das artes, das ciências, da

* Doutor em Filosofia pela Universidade de Pádua. Professor do Departamento de Filosofia e dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba.

filosofia e das humanidades em geral; mas também pelas lutas e conflitos exacerbados. E Maquiavel não deixa de ser um dos protagonistas incontornáveis desta época.

Impressiona o capítulo dedicado ao labirinto das leituras da obra maquiaveliana, tão diferentes e contrastantes; um fenómeno que só acontece com os clássicos, que são objeto de um infindável debate interpretativo. O caso de Maquiavel é singular, porque o seu legado para a posteridade está, sobretudo, em duas obras, *O Príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, escritos de forma clara, mas em aparente discordância entre elas.

O autor procura, inicialmente, desconstruir a imagem mais corriqueira, famosa e famigerada do Maquiavel, tentando retirar do secretario florentino a pecha de “maquiavélico”, com todos os seus apetrechos que o aproximam a tudo o que é ruim: crueldade, malvadeza, tirania, ateísmo, amoralidade, inspiração diabólica; imagem que atravessou os séculos e que continua até hoje no uso corrente que se faz do adjetivo maquiavélico.

Esta imagem foi promovida inicialmente pela Igreja católica na época da contrarreforma (à qual se associou também a apologética protestante durante os séculos), a partir de duas motivações, uma ética e outra política, como bem destaca o autor:

A condenação ética lastreava-se no fato de a mensagem maquiaveliana propor que a um príncipe é lícita toda e a qualquer atitude no intento de alcançar e manter o poder, mesmo que, para isso, tivesse de se colocar contra os dogmas religiosos, o que daria ao governante uma imagem diabólica. Já a condenação política residiria na defesa, atribuída a Maquiavel, do poder incontrastável do príncipe que não deveria se submeter ao comando papal.

Pechas que não deixam de ter a sua justificação, porque o próprio Maquiavel, em uma famosa carta ao diplomata e amigo Francesco Vettori, resumia de forma eficaz a sua posição ético-política que desafiava o poder da Igreja em nome dos nascentes Estados nacionais e da Razão de Estado: “Amo a minha pátria mais que a minha alma”.

Para destacar a novidade introduzida por Maquiavel na tradição dos manuais de aconselhamento dos príncipes, basta confrontar o seu “opúsculo” com o de outro grande pensador renascentista: *A Educação do Príncipe Cristão*, de Erasmo de Roterdã, escrito nos mesmos anos de *O Príncipe*; obra na qual, diferentemente do secretario florentino, o humanista holandês prega os princípios e valores do cristianismo como conteúdo indispensável para a boa educação do príncipe.

Vinícius Barros realiza um excelente *excursus* historiográfico que mostra a afirmação da imagem negativa de Maquiavel na literatura e na política em autores como Bodin, Marlowe, Shakespeare, Gentillet, Frederico II. O resgate da obra de Maquiavel começa nos séculos XVII e XVIII com as leituras de Espinosa e Rousseau, que inauguram a interpretação republicana: *O Príncipe* não seria um manual para os tiranos, mas uma alerta para o povo sobre os perigos da tirania, e os *Discursos* uma defesa da República. Rousseau afirmava: “Fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. *O Príncipe* de Maquiavel é o livro dos republicanos”.

Maquiavel aparece, assim, como um patriota que quer a unificação da Itália para que se torne igual às nações mais poderosas do seu tempo. É nessa perspectiva que se insere o juízo extremamente positivo de Hegel: “*O Príncipe* não apenas será justificado, como também aparecerá como uma grandíssima e verdadeira concepção, nascida de uma mente genuinamente política dotada dos mais grandiosos e nobres pensamentos”. Apreciação positiva que se justifica pela exaltação do Estado do qual Hegel foi o maior teórico e defensor, e pelo seu realismo político que o filósofo alemão compartilha com o secretario florentino, apesar do seu idealismo metafísico.

Destoante com esta perspectiva é a leitura conservadora e negativa de Leo Strauss, que retoma a imagem de Maquiavel como “teórico do mal”. Strauss, na sua rejeição à modernidade, não poderia fazer outra coisa além de criticar um dos artífices e forjadores do espírito da modernidade, chegando a atribuir a Maquiavel a responsabilidade remota pelo “positivismo e historicismo, que resultaram na barbárie do nazismo e do stalinismo!”

A leitura de Benedetto Croce também atribui a Maquiavel a paternidade da reflexão política moderna. Para Croce, nas palavras de Vinícius Barros: “A inovação metodológica trazida pelo secretário florentino para o universo político, é a política como um campo autônomo do conhecimento sujeito a uma autonormatividade”. A tese mais famosa de Croce, ainda segundo Vinícius Barros, é que em Maquiavel se dá uma “separação entre as esferas da política e da moral. Ou seja, a necessidade política indica os instrumentos que, mesmo condenáveis sob o enfoque moral, deverão ser usados para garantir a sobrevivência do Estado”.

O filósofo liberal Isaiah Berlin discorda desta tese e coloca a distinção não mais em uma separação entre política e moral, mas entre duas morais, a pagã e a cristã, e a rejeição da moral cristã em prol da moralidade clássica ou pagã. Leitura que é reforçada pelas passagens dos *Discursos* em que Maquiavel elogia a religião romana, porque é

mais favorável à vida ativa e à defesa da pátria, e critica a religião cristã, porque se inclina mais à vida contemplativa e é inepta para a defesa do Estado. Em uma das suas frases incisivas Maquiavel resume de forma eficaz esta tese: “A religião cristã efeminou o mundo e desarmou os céus!”

O autor aborda também a leitura comunista de Gramsci e fascista de Mussolini. Para Gramsci, o Príncipe não é um indivíduo, mas uma entidade coletiva, o Partido, para Mussolini é o Estado. Duas leituras bem distintas de Maquiavel que mereceriam uma discussão mais ampla e complexa, sobretudo com relação às refinadas, originais e profundas reflexões que Gramsci dedica a Maquiavel nos *Cadernos do Cárcere*.

Finalmente, o autor chega à leitura mais atual e hegemônica de Maquiavel na contemporaneidade: o Maquiavel republicano. Leitura que se iniciou no trabalho de Hans Baron, John Pocock, Quentin Skinner, e que tem em Newton Bignotto o mais importante representante brasileiro.

Apesar das diferenças, às vezes sutis, entre os leitores republicanos de Maquiavel, há alguns pontos comuns: o conceito de governo equilibrado ou misto, conforme a idealização da república romana de Políbio como equilíbrio entre monarquia (o cônsul), aristocracia (o senado) e a democracia (o tribuno da plebe); a valorização da plebe e da multidão e a relevância dos “tumultos”, ou seja, a positividade dos conflitos para a constituição da República; a importância da *virtù*, consubstanciada nas virtudes cívicas; uma concepção da liberdade mais positiva do que negativa como no liberalismo; o patriotismo entendido como prioridade do bem comum sobre o individualismo.

Mas aqui surge a questão: será que Maquiavel foi um republicano? Se é possível uma leitura republicana dos *Discursos*, parece menos plausível com relação a *O Príncipe*. Como conciliar as duas obras?

Essa é a questão historiográfica central que o livro de Vinícius Barros suscita e à qual procura responder: a da coerência ou da ruptura entre *O Príncipe* e os *Discursos*. Um dos valores desse livro é que ele defende claramente a tese de que há uma unidade e continuidade entre *O Príncipe* e os *Discursos*, através da figura da “ditadura revolucionária de transição”, que o príncipe novo inaugura para fundar a República.

O príncipe de Maquiavel não seria um tirano ou um déspota (o autor distingue claramente tirania e despotismo de ditadura no sentido antigo), mas um ditador (*dictador*) de transição, uma ditadura como meio para alcançar o fim desejado, a unidade da Itália que, à diferença de outras potências europeias, vivia dilacerada, desunida, dividida e à mercê das potências estrangeiras.

Segundo o autor, há uma unidade no pensamento de Maquiavel: o *Príncipe* não é um livro de circunstâncias escrito para facilitar uma possível volta de Maquiavel ao poder agradando os Medici. O *Príncipe* deve ser lido à luz dos *Discursos*, portanto numa luz republicana: ele anuncia a ditadura revolucionária de transição necessária para a unificação da Itália e a fundação de uma República.

Maquiavel é assim inserido em uma leitura de *O Príncipe* que possui três elementos: i) Um Maquiavel republicano que desconfia da aristocracia, em favor da multidão (*multitudo*); ii) Um Maquiavel que valoriza o conflito social, os *tumultos*, como positivos; iii) Um Maquiavel que mostra a necessidade da violência “revolucionária” para instaurar esta nova ordem republicana e democrática, violência que se justifica somente para este fim: para a fundação e manutenção do Estado.

Maquiavel não é um amoralista político, mas defende uma ética própria para a política, ou seja, o meio da violência quando esta serve para justificar o fim maior que é a república. Após uma longa e minuciosa análise, a conclusão do autor é clara:

A expressão que melhor define o regime imaginado pelo diplomata florentino, em seu *opúsculo*, é *ditadura revolucionária* (ou *ditadura de transição*), no sentido em que é referida por Stoppino, ostentando os seguintes caracteres: *concentração de poderes* – como é característico tanto da ditadura romana como da moderna; *ilimitação jurídica* (elemento delineador da ditadura moderna); mas, acima de tudo, *transitória* (nota delineadora da ditadura romana).

Maquiavel é sim um realista, mas de um realismo colocado a serviço de um ideal, de um “sonho diurno” como diria Ernst Bloch: o da unidade política da Itália; sonho que se realizará séculos depois, mas que coloca o secretario da República de Florença no seletivo grupo dos defensores das liberdades cívicas, cuja obra servirá de inspiração e alento para os patriotas italianos de todos os tempos.

A questão central levantada a partir desta leitura de Maquiavel é que na teoria política moderna e contemporânea a ditadura é um momento de **fundação** da política (incluindo a política democrática) ou do “político”: “Soberano é quem **decreta** o estado de exceção”, dita o famoso *incipit* da *Teologia Política* de Carl Schmitt. Mas pode-se acrescentar que “soberano é também quem **suspende** o estado de exceção e restabelece a ordem constitucional”.

Nesta perspectiva, segundo o autor: “O Príncipe não é um déspota, não é um tirano, não é um líder totalitário, mas um ditador revolucionário que prepara a república”. As duas figuras, da ditadura comissária e soberana possuem em Schmitt uma clara distinção: a primeira é decretada para “salvar” a constituição existente; a

segunda para “criar uma nova constituição”. O Maquiavel republicano nos diz que precisamos do ditador que funda a república e restabelece a Constituição; ditadura e tirania são duas formas de governos distintas.

Maquiavel é assim apresentado como um autor que defende a inevitabilidade da força e da violência para instaurar uma nova sociedade republicana e democrática através do poder constituinte do povo, passando por uma ditadura de transição.

É uma das leituras plausíveis e possíveis de Maquiavel (tendo cuidado com o anacronismo da palavra “revolução”, que é tipicamente moderna), que o autor defende com profusão de argumentos, de autores, de obras; talvez a única leitura capaz de dar certa unidade à obra o florentino e não deixar que Maquiavel apareça como um *Janus* bifronte em que as duas faces, a do defensor da tirania e a do defensor da República continuem separadas e irreconciliáveis.

Parabenizo Vinícius Barros pelo excelente livro, e tenho certeza que ele se tornará uma referência obrigatória no debate interpretativo a favor e contra o Maquiavel republicano. O leitor terá muito proveito em ler este livro não somente para conhecer a fundo um período e um autor histórico, mas para entender o presente. A obra levanta uma questão permanente para a política: a relação entre normalidade e exceção, continuidade e ruptura, e o grande e insolúvel tema da violência na história humana.

Para corroborar a leitura republicana nada melhor do que dar a palavra ao próprio Maquiavel na sua famosa “Exortação ao príncipe para livrar a Itália das mãos dos bárbaros” no capítulo final da sua obra principal.

Após ter constatado amargamente que a Itália “era mais escravizada que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida do que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, explorada, lacerada, invadida, e que houvesse em fim suportado toda sorte de calamidades”, Maquiavel exorta a intervenção do príncipe redentor: “Assim tendo ficado como sem vida, espera a Itália aquele que possa curar as feridas e ponha fim ao saque da Lombardia, aos tributos do Reino de Nápoles e da Toscana, e que cure as suas chagas já há muito tempo apodrecidas. Vê-se que ela roga a Deus que envie alguém que a redima dessas crueldades e insolências dos estrangeiros”.

E defende para esta imensa tarefa a necessidade e a justificação do uso da força: “E é muito justa esta minha asserção: ‘Justa, na verdade, é a guerra, quando necessária, e piedosas as armas quando só nas armas reside a esperança’”. Conclamando o Príncipe ao qual a obra era dedicada: “ao fim de que, sob o seu brasão, esta pátria seja enobrecida, e sob os seus auspícios se verifique aquele dito do Petrarca: “*Virtù contro a*

furore prenderà l'armi, e fia el combatter corto, che l'antico valor nelli italici cor non é ancor morto”(A virtude tomará armas contra o furor e será breve o combate, pois o antigo valor ainda não está morto nos corações italianos).

Maquiavel, um humanista, um renascentista, um republicano!